

ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Stüpp - Daniel Tozzo - Edison Andrino - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Sargento Amauri Soares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

De acordo com os encaminhamentos na sessão da manhã, entraremos direto no horário dos Partidos Políticos, tendo em vista a sessão extraordinária, às 15h.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Daniel Tozzo, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera e demais deputados, catarinenses que nos acompanham, nesta Casa ou pelos meios de comunicação.

Quero manifestar-me, como fizeram muitos dos meus colegas, sobre a Copa do Mundo, dentre outros assuntos que colocarei em pauta no dia de hoje.

Acho que o Brasil, o time, o futebol, não foi como esperávamos, pois como torcedor sempre queremos o título, mas o quarto lugar não deixa de ser ruim, afinal, foram 32 seleções que disputaram

esse título. Mas o que mais me marcou foi o exemplo de planejamento, tanto da seleção campeã, a Seleção Alemã, em campo, quanto o do Brasil, não na esfera esportiva, no campo, mas fora de campo, na área organizacional, pois construiu toda essa estrutura, todos esses estádios, com tantas críticas e reclamações. Ouvíamos muito na minha cidade que a Copa do Mundo não iria acontecer, que os aeroportos iriam parar, mas muitas pessoas se esforçaram para que o Brasil conseguisse realmente executar todos esses projetos. Construíram estádios de futebol a altura da população, do país do futebol. Foram feitos muitos investimentos nos aeroportos, tanto os que estavam envolvidos quanto os outros, já que a verba era liberada de uma forma bastante ampla.

E as obras ficaram, a geração de emprego aconteceu e o balanço da Copa foi muito positivo no aspecto de imagem que o Brasil conseguiu transmitir.

Questionava-me antes da Copa acontecer se conseguiríamos mostrar para o mundo que o Brasil não é somente o país do Carnaval, do futebol, apesar do evento ser aqui, temos um país hospitaleiro, trabalhador, produtivo. Enfim, 202 países estiverem presentes aqui, mais de um bilhão de estrangeiros, e acredito que levaram para seus países um Brasil bonito, bom de fazer turismo e com produtos de qualidade para as compras.

Lembro-me quando era criança, na escola, e a professora falou que um pequeno percentual do mundo já havia ouvido falar do Brasil. E quando falavam era para dizer que aqui apenas tinha florestas e coisas realmente a serem desenvolvidas. E nessa Copa mostramos a imagem que gostaríamos de mostrar. O Brasil conseguiu, nos aspectos da segurança, comércio e turismo, divulgar o seu potencial e, certamente, nos próximos anos, teremos um aumento significativo de turistas devido a tantas pessoas que devem divulgar o nosso país.

Então, quero deixar uma mensagem para as crianças, pois apesar de estarmos aqui, nesta Casa, muitos dos ouvintes são crianças, que

acompanham seus pais pelos recursos tecnológicos desta Casa. Também, lembro-me quando tinha dez anos, em 1986, e o Brasil foi eliminado. Os meus pais choravam por me verem chorando e não tanto pela eliminação. E vi o mesmo acontecer com minha filha, que se emocionou, assim como os seus coleguinhas da escola.

Mas é positivo também ver as crianças se interessarem pelo esporte, colecionando figurinhas e criando essa mentalidade que nos leva para o caminho do bem. Quero dizer que teremos outras Copas, e as crianças que viram pela primeira vez e ficaram tristes pela eliminação do Brasil, com certeza, verão o Brasil ser campeão, não apenas uma vez, mas mais do que uma, basta esperar, trabalhar firme, acreditar, que chegaremos lá e comemoraremos títulos. O esporte é feito assim, de vitórias e de derrotas, mas acima de tudo, do prazer contagiante que nos alegra e nos ajuda a construir a paz em todos os ambientes.

Quero dizer ao povo catarinense que estive visitando, na semana passada, os municípios de Xaxim, Coronel Freitas, Xanxerê, Ponte Serrada e fico feliz em poder estar substituindo o deputado Gelson Merisio e poder ver a forma como o povo tem nos recebido e agradecido pelo empenho e dedicação. E que o nosso governo consiga, em conjunto com os governos municipal e federal, trazer recursos para o oeste de Santa Catarina.

Também, é importante vermos o hospital de Chapecó sendo ampliado, que atende uma região e sequer tinha um heliporto para que um helicóptero pudesse descer. O referido município cresce de uma maneira diferenciada do oeste catarinense. Obras estão sendo feitas, como o acesso à cidade, a rodovia que liga o município ao Rio Grande do Sul, mas ainda temos mais o que fazer.

E, por isso, peço a atenção e o apoio de todos os deputados que sempre colaboraram com as reivindicações do oeste de Santa Catarina, pois Chapecó precisa de mais duas rodovias urgentes, que são os contornos viários leste e oeste, a parte final dele que liga a BR-282. Temos um grande acesso e precisamos de mais dois, porque no

ritmo que Chapecó está crescendo, se não colocarmos ordem nessas principais rodovias de trânsito, talvez no futuro, tenhamos um sério problema com o crescimento desordenado. E esses três acessos, que já estão muito bem feitos, e os dois que deverão ser construídos, certamente, colocarão ordem no crescimento.

Também cabe lembrar outra grande importante obra que é a SC-283, ligando Chapecó a Palmitos, onde por muitos anos se fez a operação tapa-buracos e, certamente, é a bola da vez. É a próxima que o governo dará atenção para que aconteçam as devidas reformas e não uma simples revitalização, mas mudanças em algumas curvas, para que a população daquela região possa ser mais bem atendida.

Quero lembrar aqui, e farei um ofício depois para encaminhar aos órgãos responsáveis, que devido a todas essas chuvas e alagamentos, na ponte da BR-158, que liga Palmitos a Iraí, foi proibido o tráfego pesado. É uma rodovia que tem um papel fundamental para o escoamento da produção de toda aquela região. Assim, encaminharemos documento apropriado para que os devidos órgãos, o mais rápido possível, possam resolver o problema daquela ponte, para que essa situação volte ao normal, pois o frete encarece muito a produção agrícola da região.

No mais, quero agradecer a oportunidade e pedir a Deus que nos abençoe hoje e sempre.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, estamos vivendo um dia eu diria assim, um pouco diferente, porque no dia de hoje teremos aqui na Casa a votação e a escolha de um membro para o Tribunal de Contas, nosso

fiscalizador das contas do estado e também das nossas contas.

Do nosso elenco de deputados temos o nome do deputado Dado Cherem, indicado de maneira tranquila pela maioria dos srs. deputados para assumir esta vaga. Nós temos também, e é livre a inscrição, mas se não estou enganado, 30 candidatos ao conselheiro do Tribunal de Contas.

Nesse momento, há um questionamento, inclusive, da forma como se indicam os conselheiros do Tribunal de Contas. Existem vários questionamentos, várias interpretações, várias formas de ver esse tipo de preenchimento de vaga no Tribunal de Contas.

Desta vez, claro, para o lugar do ex-presidente, o conselheiro Salomão Ribas Júnior, que já está indo para a Academia de Letras de Santa Catarina, assumindo a Presidência, uma vocação natural do nosso querido amigo e ex-presidente.

Pois muito bem, nós, antes de colocarmos em discussão o nome de um representante desta Casa, evidentemente, que foram avaliados vários itens, desde a forma de ser deste candidato, as suas capacidades, e, principalmente, o seu caráter e a sua honestidade, porque temos a responsabilidade de colocar lá no Tribunal de Contas uma pessoa que tenha no seu currículo todos os itens necessários para o preenchimento daquilo é responsabilidade de cada um de nós.

Por isso a escolha, pelo menos por parte da maioria dos srs. deputados, do nome de Dado Cherem, que é de Balneário Camboriú, por conta do seu caráter, da sua forma correta de agir, das suas qualidades como profissional e como cidadão. Evidentemente, lá no Tribunal de Contas vai fazer um trabalho que toda a sociedade espera, ou seja, fiscalizar as contas dos Poderes com isenção.

Por isso, estou muito tranquilo, muito sereno e com certeza mais que absoluta de que o deputado Dado Cherem será indicado por esta casa a conselheiro do Tribunal de Contas no dia de hoje, sr. presidente.

Era isso que queria dizer. Aproveitando o espaço do PSDB, comunico a todos os senhores que estão assistindo, através da TVAL e aos senhores que estão em casa, que na quinta-feira próxima teremos a presença do senador Aécio Neves, no final do dia.

Primeiramente, durante a tarde teremos uma reunião com coordenadores de campanha para as devidas orientações e, à noite, o início da grande caminhada rumo ao governo do estado de Santa Catarina, com a presença do senador Aécio Neves aqui em Santa Catarina dando o primeiro passo, o grito de arrancada para a campanha deste ano em níveis estadual e nacional.

Estamos ansiosos e tenho certeza mais que absoluta de que estamos caminhando para um país melhor, para melhores condições a nossa população com, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feitas as manifestações do deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o deputado líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Queria saudar o nosso ex-deputado Dionei Walter da Silva, que está presente acompanhando esta sessão.

Sr. presidente, não podemos deixar de registrar que existe hoje uma manifestação da entidade ligada aos professores estaduais de Santa Catarina, o Sinte, que vai fazer uma manifestação lembrando que há três anos houve aquela famosa votação, em julho de 2011, do Projeto de Lei Complementar 0539/2011, que compactou a tabela salarial do Magistério, aproximando os níveis de referência e desvalorizando os profissionais que procuram se qualificar. Naquela ocasião, tivemos

um grande debate sobre o piso salarial, que defendíamos, e era essa a luta do Magistério Catarinense: que o piso salarial da categoria fosse aplicado na carreira e não houvesse achatamento.

Mas, naquela ocasião, infelizmente, por decisão do governo e aprovação por maioria dos parlamentares desta Casa, o projeto, da forma como foi encaminhado, promoveu o tal achatamento na carreira. Hoje, a diferença entre o professor que está iniciando e aquele que já tem alguns anos na carreira é absolutamente pequena, quase que insignificante no contexto do que deveria ser de fato a carreira do Magistério.

Por isso, seguidamente, quando se fala com os professores, há um sentimento de frustração por esses últimos três anos, quando a categoria teve perdas históricas. Estamos num momento para pensar se realmente e efetivamente queremos priorizar a educação e que o governo precisa destinar mais recursos para essa área.

Em nível de Brasil, tivemos numa ocasião, um projeto que destinava 7% do PIB em educação, na ocasião, houve veto no período de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e agora, foi aprovada no Congresso Nacional a aplicação de 10% do PIB à educação.

Por isso, o estado não pode permanecer, apenas, naquele percentual que, historicamente, tem sido apresentado em Santa Catarina, que é o mínimo constitucional, de 25%, do qual, ainda, tem sido incluídas algumas despesas, como por exemplo, o pagamento dos salários dos inativos, que devem ser pagos, sim, mas não deveriam estar somados ao bolo dos 25% voltados à educação.

Existe, inclusive, deputado Padre Pedro Baldissera, uma emenda constitucional tramitando nesta Casa há três anos para regulamentar isto, mas não conseguimos, ainda, o apoio da maioria dos parlamentares para poder, de fato, aprová-la e corrigir essa distorção que acontece em Santa Catarina.

Quero lembrar que, além da questão da compactação da tabela do Magistério, também temos

questões importantes como aquela ligada aos especialistas da educação, e que não foram resolvidas, os assistentes técnicos pedagógicos e demais especialistas. Apresentei propostas nesse sentido para regularizar, atender a expectativa que existe dos especialistas em educação, dos assistentes técnicos pedagógicos, pois são assuntos que estão pendentes e que desmotivam os profissionais ligados à área da Educação.

Portanto, precisamos fazer um esforço gigantesco agora nesse período de discussões da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixa as diretrizes para o Orçamento do próximo ano, para que, de fato, fiquem contemplados recursos suficientes, não apenas para cumprir o mínimo constitucional na área da Educação, mas para colocar a educação como prioridade, para descompactar a tabela do Magistério e atender às demandas que estão reprimidas historicamente nessa área.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público nos acompanha nesta tarde de terça-feira pela Radio Alesc Digital e pela TVAL. Eu já falei na sessão da manhã sobre este assunto, mas como daqui a pouco, a partir das 15h, teremos a sessão especial que irá eleger o novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, vou voltar a essa pauta. Nós protocolamos ainda no final de maio deste ano, um projeto de lei complementar, assinado por mim e pelo deputado Dirceu Dresch, objetivando regulamentar o disposto na Constituição Estadual no que concerne a escolha dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Esse projeto de lei complementar não busca mudar a Constituição, até porque não poderia, mas tão

somente regulamentar, definir critérios, métodos, prazos para cada etapa do processo.

Um desses critérios seria a formação profissional em nível superior na área da administração, contabilidade, direito ou economia; estar exercendo ou ter exercido por dez anos a profissão profissional numa dessas áreas; não ter filiação partidária, não ter cumprido mandato eletivo; não ter cumprido função de confiança nos três anos anteriores ao pleito, isto é, anteriores a escolha do conselheiro. E aí, os prazos diferentes dos que estão sendo dados como de costume nesta Casa, é preciso ser dito que critérios existem, métodos existem, mas têm sido estabelecidos ao longo dos anos pelos costumes ou até, porque não dizer, pelas conveniências de grandes partidos, de bases governistas, que compõem esta Casa Legislativa, e acaba sendo sempre ou quase sempre, o conselheiro eleito um deputado, aliás, um deputado no exercício do mandato, que passa a ser, ato contínuo, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, que vai julgar as contas do governo do estado, de todas as Prefeituras Municipais e das Câmaras de Vereadores.

Nós achamos que é preciso uma perspectiva mais transparente no processo de escolha, com mais prazo para que a sociedade possa, efetivamente, participar, e critérios mais rigorosos e mais plenos de conhecimento na área e ilibada idoneidade pública e moral.

O nosso PLC não pretende entrar em nenhuma pugna de caráter político e partidário. Ele, inclusive, não nos inclui como parte dos possíveis futuros conselheiros, porque temos que ter critérios que sejam abertos ao conjunto da sociedade, para todos que preenchem os requisitos necessários. O fato é que nós temos elegido, deputados em exercício do mandato, para, ato contínuo, exercer a função de conselheiro, e achamos que isso não é conveniente para o conjunto da sociedade.

Quero repetir que o nosso PLC, este pronunciamento e a nossa vontade não pretendem,

não fazem e não farão juízo de valor a respeito de pessoas, sejam aquelas eleitas no passado para serem conselheiras do TCE ou pessoas que estejam sendo eleitas nessa ocasião para serem conselheiras.

Nós não entramos em juízo de valor e não temos nada contra nenhuma pessoa. É uma posição política, de cunho republicano e democrático. E consideramos que assim precisamos proceder.

Este PLC já recebeu, e não vou ter tempo sequer de ler, moção de apoio de dezenas de Câmaras Municipais. Infelizmente, parece que a Assembleia Legislativa não dará atenção a esses reclames da sociedade civil, inclusive, agora também das Câmaras Municipais.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, eu estava ouvindo-o e, sinceramente, não estou conseguindo compreendê-lo, porque a vaga de conselheiro agora é aberta para todo e qualquer cidadão que preencha os requisitos. Nós tivemos 31 pessoas que se inscreveram, uma desistiu, e 30 pessoas ficaram inscritas. Então, não há razão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) (Faz soar a campainha.) - Diante da relevância da temática que está sendo abordada, eu concedo um minuto ao aparteante, e pela necessidade, mais 30 segundos ao orador, para que possa concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Obrigado, presidente.

A única coisa que eu estou vendo nesse projeto de diferente é o fato de tirar o direito do cidadão que cumpre o mandato eletivo de concorrer à vaga de conselheiro. Não está na lei, até para deixar claro a quem nos assiste, que não somente os deputados poderão concorrer à vaga e sim qualquer cidadão comum.

A mudança que v.exa. está propondo é proibir os deputado de concorrer à vaga! Então eu, cidadão Kennedy Nunes, que exerço um mandato, vou perder

esse direito? Aí qualquer um dos deputados aqui renuncia ao mandato, sai candidato e pode?! Assim sendo, há uma incoerência nisso, porque a mudança que se está querendo fazer é tirar o direito de um cidadão! Todos os cidadãos podem concorrer à vaga!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Incoerência, com todo o respeito, deputado Kennedy Nunes, é dizermos que essa vaga é para todo o cidadão quando, de fato, há oito anos, pelo menos, só se elege deputado. E pelo que eu me lembre da história, são eleitos somente deputados. Por que não se elegeu nenhum ex-vereador, nenhum ex-prefeito e somente deputado? É uma questão corporativa, e a incoerência já cabe se pensarmos especificamente nisso, de que essa vaga pertence corporativamente aos deputados em exercício de mandato na Assembleia Legislativa. Então, já há incoerência se pegarmos somente este fato.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sou obrigado a esclarecer o assunto. Sou jornalista e gosto de esclarecer as coisas.

A Assembleia Legislativa escolhe o representante, o governador escolhe o representante, o Ministério Público escolhe o representante e o Tribunal de Contas escolhe o representante. Desses quatro, qual é o escolhido mais democraticamente? Não é o que leva os 40 votos aqui? Porque o outro é o governador que escolhe!

Outra coisa, sr. presidente, conforme a Constituição, o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa e nada mais justo do que as escolhas que passem por aqui sejam de votos deste deputado e de v.exa., pois representamos os catarinenses nesta Casa!

Não existe corporativismo, existe a escolha de todo o cidadão que chega aqui para ser o candidato e ganhar os votos dos 40 deputados.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Obrigado, presidente.

Eu também não quero entrar numa briga, e não vou entrar nessa. Agora, a questão é que o PLC n. 0016/2014 propõe critérios, inclusive, para vagas que o governador decide. Porque a prática é que aqui, nos corredores da Assembleia, se sabia, desde o ano passado, da abertura da vaga neste inverno. E já houve acordos entre os partidos políticos, desde o ano passado, para saber quem seria o escolhido. E assim será daqui a pouco e a história, o fato, testemunhará o que estou dizendo.

A sociedade civil teve três dias úteis para se inscrever, com dois feriados e jogo da Copa do Mundo no meio, inclusive com tudo suspenso. Foi anunciado hoje, depois das 10h, que a sessão que escolheria o conselheiro seria agora, às 15h, ou seja, há quatro ou cinco horas. Então, a possibilidade de participação efetiva da sociedade está bastante reduzida. Mas, repito, não tenho nada contra as pessoas e sim contra o critério e o método.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 15h, especialmente para escolher o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Está encerrada a sessão.